

BALANÇO PATRIMONIAL 2023

ATIVO BALANÇO PATRIMONIAL 2023			
Em milhares de reais			
	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO	01/01/2022 REAPRESENTADO
CIRCULANTE			
Disponibilidades - Nota 04	71.173	67.936	118.252
Contas a Receber - Nota 05	4.753	5.986	7.458
Adiantamento de Férias	3.819	3.403	2.449
Almoxarifados	37.451	28.220	49.020
	117.196	105.545	177.179
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos Judiciais - Nota 06	61.369	51.254	152.183
Impostos a Recuperar - Nota 07	2.552	2.412	3.720
	63.921	53.666	155.903
IMOBILIZADO - Nota 08	2.202.671	2.237.519	2.451.871
INTANGÍVEL - Nota 09	19.329	17.455	5.351
	2.222.000	2.254.974	2.457.222
	2.285.921	2.308.640	2.613.125
TOTAL DO ATIVO	2.403.117	2.414.185	2.790.304

PASSIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL 2023			
Em milhares de reais			
	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO	01/01/2022 REAPRESENTADO
CIRCULANTE			
Fornecedores e Empreiteiros	1.633	6.753	3.239
Provisão para Férias	36.555	30.313	39.536
Provisão para Contingências - Nota 10	434.668	453.753	652.322
Salários a Pagar	29.658	27.158	30.763
Depósitos e Consignações	6.291	5.619	6.617
Recursos Fiscais e Previdenciários	14.549	3.957	2.040
Obrigações a Pagar - Nota 11	47.916	35.566	5.735
Fundação REFER Nota 19.3	360.618	349.504	325.875
	931.888	912.623	1.066.127
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Contingências - Nota 10	424.428	211.837	219.100
Receita Diferida	-	-	1.520
Recursos para Aumento de Capital - Nota 12	152	134	9.142
Fundação REFER - Nota 19.3	2.840.313	2.892.914	2.876.357
	3.264.893	3.104.885	3.106.119
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) - Nota 13			
Capital Social Realizado - Nota 13.1	6.325.714	6.325.714	6.596.610
Reserva de Reavaliação de Bens - Nota 13.2	688	1.183	1.678
Recursos para Aumento de Capital - Nota 13.3	160.604	130.742	89.506
Prejuízos Acumulados Nota 13.4	(8.280.670)	(8.060.962)	(8.069.736)
	(1.793.664)	(1.603.323)	(1.381.942)
TOTAL DO PASSIVO	2.403.117	2.414.185	2.790.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

VERA LÚCIA TAVARES ALMEIDA
Gerente Técnica de Contabilidade e Custos
CRC-RJ 097.126

ADRIANA FONSECA LINS
Diretora de Administração e Finanças
Interina

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE 2023

		Em milhares de reais	
		31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO
RECEITA BRUTA - Nota 14			
Transportes Ferroviários		85.378	149.309
Aluguéis e Arrendamentos		3.217	7.737
		88.595	157.046
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Impostos e Contribuições Incidentes s/ Serviços		(560)	(1.038)
		88.035	156.008
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - Nota 15		(581.301)	(723.237)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		(493.266)	(567.229)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e Administrativas - Nota 16		(148.242)	(170.421)
Depreciações e Amortizações - Nota 8.4		(60.475)	(74.271)
Provisão para Contingências - Nota 10		(207.409)	(358.756)
Provisão ao Valor Recuperável de Bens		-	(8.711)
Reversão de Receitas Diferidas		-	111
		(416.126)	(612.048)
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO		(909.392)	(1.179.277)
Subvenções para Custeio - Nota 17		1.073.035	1.628.914
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		163.643	449.637
RESULTADO FINANCEIRO - Nota 18			
Receita Financeira		605	4.789
Despesa Financeira		(373.726)	(440.267)
		(373.121)	(435.478)
PREJUÍZO OPERACIONAL		(209.478)	14.159
Resultado da Baixa de Bens - Nota 8.5		(10.725)	(5.879)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(220.203)	8.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

VERA LÚCIA TAVARES ALMEIDA
Gerente Técnica de Contabilidade e Custos
CRC-RJ 097.126

ADRIANA FONSECA LINS
Diretora de Administração e Finanças
Interina

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em Milhares de Reais)

As notas explicativas abaixo se referem a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Os valores estão descritos em milhares de reais.

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU, empresa pública sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR até dezembro de 2022 e Ministério das Cidades – MCid a partir de janeiro de 2023, constituída com fundamento no art. 5º da Lei 3.115, de 16 de março de 1957, no disposto no Decreto 74.242, de 28 de junho de 1974, e no contido no Decreto 89.396, de 22 de fevereiro de 1984, reger-se-á pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por seu Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis. A Companhia tem por objeto:

- a) a execução dos planos e programas aprovados pelo MDR / MCid em consonância com o Plano Nacional de Viação e destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- b) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de passageiros sobre trilhos, nas regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
- c) a operação e a exploração comercial dos serviços de passageiros sobre trilhos;
- d) o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte de passageiros sobre trilhos; e
- e) a exploração econômica da marca, da patente, da denominação, da insígnia, bem como de todos recursos ou potenciais da sociedade, a exemplo do conhecimento tecnológico e administrativo, bens móveis e imóveis, áreas, espaços, equipamentos, podendo prestar serviços a terceiros, no âmbito do domínio da atividade, de forma direta ou consorcialmente.

Tendo sob a sua operação os sistemas de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. O desempenho da CBTU revela a sua capacidade em promover a mobilidade e a acessibilidade da população ao transporte público, através da adoção de diretrizes que consolidem Metrô e Veículos Leves sobre Trilhos – VLT’s como principais modais para as grandes e médias cidades brasileiras.

Neste exercício a CBTU apresentou patrimônio líquido negativo, conforme descrito na **Nota 13 – Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)**.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria da CBTU em 13 de março de 2024.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela **Legislação Societária Brasileira**, além dos pronunciamentos técnicos do **Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC** e das **Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC**, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em vigor até a data da elaboração das Demonstrações Contábeis.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os elementos apresentados nas Demonstrações Contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a “moeda funcional”, que é também a moeda corrente nacional – denominada Real.

2.3. Uso de estimativa e julgamento

As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua. As **Notas 8.3 – Imobilizações em Andamento; 10 – Provisão para Contingências e 22 – Programa Nacional de Desestatização**, inserem-se nesse contexto.

2.4. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico e as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

2.4.1. Regime de escrituração das transações

É adotado o regime de competência para registro das operações.

2.4.2. Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Os efeitos da inflação sobre as Demonstrações Contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

2.4.3. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, conforme **CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração** e em conformidade com a Resolução do Banco Central do Brasil – **BACEN nº 3.284** de 25/05/2005.

2.4.4. Almoxxarifados

Os estoques mantidos nos almoxxarifados estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado. Está previsto para o exercício de 2023 a implantação de uma política de estoques de forma a atender o **CPC 16 – Estoques**.

2.4.5. Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido

Está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens, conforme **Nota 8.2 – Imobilizado Detalhado**;
- A CBTU realiza o teste de *Impairment* no final de cada exercício. Neste exercício o teste de *Impairment* não apresentou redução do imobilizado.
- O Intangível está representado basicamente por direitos de uso e aquisição de softwares, sendo amortizados no prazo de vida útil definido.

2.4.6. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

2.4.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

2.4.8. Ativos e passivos contingenciais

Um ativo ou passivo contingente é um direito ou uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Contabilizado no balanço patrimonial quando a Companhia possui um ativo ou passivo, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtidos futuramente. Os ativos ou passivos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo.
- **Passivos contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos mensuráveis. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que os recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

2.4.9. Obrigações legais: fiscais e previdenciárias

Decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas Demonstrações Contábeis.

2.4.10. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos respectivos períodos.

2.4.11. Determinação do Valor Justo

As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para que estabeleça qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.

2.4.12. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A partir do exercício de 2020, em atendimento aos dispositivos legais, em particular a Lei nº 13.303/2016, o Decreto nº 8.945/2016 e o Rendimento da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a CBTU passou a apresentar a Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

A DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas na **NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado**.

NOTA 03 – REAPRESENTAÇÃO

A CBTU está reapresentando os saldos das Demonstrações Contábeis de 31/12/2022 e o saldo de abertura em 01/01/2022, para fins de comparação, de acordo com **NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro**. Esses ajustes estão referenciados nas **Notas 6.2 – Depósitos Judiciais, 8 – Imobilizado, 10 – Provisão para Contingências e 13 – Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)**.

As retificações referem-se:

- a) A continuidade do trabalho de levantamento da base de depósitos judiciais, executado por uma equipe interdisciplinar iniciada em 2022, que resultou em uma baixa total de R\$ 3.947 mil, referente à exercícios anteriores, conforme detalhado na **Nota 6.2 – Depósitos Judiciais**;
- b) Depuração das contas de imobilizações em andamento, onde foram identificados diversos contratos cujos encerramentos remetem a exercícios anteriores, resultando em uma transferência do saldo do imobilizado em andamento para o imobilizado de uso no valor de R\$ 378.171 mil e um ajuste na despesa de depreciação no valor de R\$ 42.525 mil. Foram identificados também contratos de consultoria genéricos que não possuíam uma relação direta com um bem específico e que por esse motivo foram baixados contra o resultado no valor de R\$ 19.129 mil descritos nas **Notas 8.3 – Imobilizações em Andamento, 8.4 – Depreciações e 8.5 – Baixa de Bens**;
- c) Registro das variações monetárias dos riscos prováveis de processos contra a empresa, no valor de R\$ 58.722 mil em 2022, conforme descrito na **Nota 10 – Provisões para Contingências** e de R\$ 153.910 mil no saldo de abertura em 01/01/2022.

Para efeito de comparabilidade a empresa retroagiu os ajustes aos saldos de abertura do exercício de 2022, pois não haveria possibilidade de mensuração dos valores a serem ajustados nos exercícios anteriores a 2022, dessa forma, caso fossem reapresentadas não estariam apresentando informações fidedignas.

Considerando que as tratativas com relação as cisões não foram concluídas, em 2019 foi provisionado o total dos investimentos do Rio de Janeiro e de São Paulo como Provisão ao Valor Recuperável desses investimentos, no valor de R\$ 363.044, conforme fundamento no CPC 27 – Ativo Imobilizado e no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Estes valores serão baixados quando da cisão com as empresas beneficiárias.

Neste exercício, houve uma redução relevante em Imobilizações em Andamento em função das regularizações de contratos encerrados, em sua grande maioria, em anos anteriores a 2022, no montante de R\$ 378.171 mil, transferidos para as contas definitivas que resultou em R\$ 42.525 mil em despesa de depreciação retroativa, as baixas de contratos que não resultaram em bens e a reversão de provisão ao valor recuperável no montante de R\$ 19.129 mil.

Segue a composição das Imobilizações em Andamento:

	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO	01/01/2022 REAPRESENTADO
Sistema de Belo Horizonte	-	-	73.508
Sistema de Recife	12.274	186.833	183.376
Sistema do Rio de Janeiro	97.960	272.684	272.684
Sistema de São Paulo	227.515	230.090	230.090
Outras Obras	23.243	207.615	132.068
Subtotal:	360.992	897.222	891.726
Correção Monetária – Lei 8.200/91	32.810	32.810	32.810
Redução Valor Recup. Imobilizado	(368.430)	(545.856)	(538.581)
Total:	25.372	384.176	385.955

8.4. Depreciações

A Depreciação é calculada pelo Método Linear, considerando o tempo estimado de vida útil dos bens. Conforme descrito na **Nota 8.3 – Imobilizações em Andamento**, houve o registro de 42.525 mil de depreciação retroativa a exercícios anteriores decorrente da incorporação de imobilizações em andamento.

8.5. Baixas de Bens

As baixas de Bens em sua maioria são decorrentes de contratos de consultoria de exercícios anteriores que não resultaram em bens no valor de R\$ 10.725, cujos valores estão destacados na **Nota 3 – Reapresentação** (item b).

NOTA 09 – INTANGÍVEL

Está representado basicamente por direitos de uso e aquisição de softwares, sendo amortizados no prazo de vida útil definido. As aquisições no exercício são referentes a licenciamento se software perpétuo, por assinatura e software como serviço (SAAS).

Segue a composição do Intangível:

	Dez/2023	Dez/2022
Saldo do Exercício Anterior	17.455	5.351
Adições	336	13.375
Baixas	-	1.271
Transferência do Imobilizado	1.538	-
Saldo do Período	19.329	17.455

NOTA 10 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para Contingências representa a estimativa de riscos futuros com ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, movidas contra a empresa, em conformidade com a legislação societária e o **CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. As provisões constituídas em 31 de dezembro de 2023 contemplam todas as ações conhecidas pela Empresa.

Segue a composição de Provisão para Contingências:

PROVÁVEIS	TRABALHISTAS	CÍVEIS	TRIBUTÁRIAS	TOTAL	
				CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE
Saldo em 01/01/2022	148.415	612.100	110.907	652.322	219.100
REAPRESENTADO					
Reversão de Provisão	(51.849)	(493.656)	(7.959)	(553.464)	-
Provisão do Exercício	262.495	45.325	(18.911)	333.520	(44.611)
Varição Monetária	3.986	46.729	8.007	21.374	37.348
Saldo em 31/12/2022	363.047	210.498	92.044	453.752	211.837
REAPRESENTADO					
Reversão de Provisão	(65.552)	(35.893)	(2.529)	(103.974)	-
Provisão do Exercício	(32.677)	256.843	(16.757)	39.778	167.631
Varição Monetária	24.672	55.922	9.478	45.112	44.960
Saldo EM 31/12/2023	289.490	487.370	82.236	434.668	424.428

Das 3.445 ações de natureza trabalhista, 466 foram classificadas como prováveis e 1.364 como possíveis. Das 1.364 ações de natureza cível, 284 foram classificadas como prováveis e 499 como possíveis. Das 501 ações de natureza tributária, 153 foram classificadas como prováveis e 43 como possíveis.

Dentre os principais objetos que compõem as ações de natureza trabalhista estão os pedidos de readmissão de empregados anistiados, o reequadramento no Programa de Emprego e Salários (PES), incorporação da gratificação da função de confiança, isonomia, horas extra, periculosidade e ações civis públicas por demissões discriminatórias.

Merece destaque a ação trabalhista nº 0000255-22.2011.5.06.0020, que se refere a cobrança movida pelo Sindicato SIMDIMETRO de Recife, postulando o pagamento de anuênios, cujo o montante corrigido é de 185.289 mil, em valores corrigido, e está classificada no Passivo Circulante.

Nas **ações trabalhistas** que foram classificadas como **prováveis**, estimasse o pagamento de R\$ 289.490 mil, em valores corrigidos, sem prazo definido.

As ações de natureza cível compreendem os pedidos de indenizações decorrentes de acidente ferroviário, desapropriações de imóveis, as condenações por responsabilidade subsidiária, terceirização ilícita e descumprimento de contratos.

Merece destaque a ação cível de nº 0820880-66.2019.4.05.8300 que se refere à cobrança movida pela Construtora OAS S/A, postulando o ressarcimento das despesas adicionais que na execução do Contrato 19/98-DT, teve de suportar em função, principalmente, do atraso na entrega das áreas que encerrariam o sítio da obra contratante, atraso esse imputável exclusivamente à CBTU, que de acordo com as alegações da construtora, a própria CBTU veio a reconhecer durante os debates em primeira instância (Processo nº 001.2005.0202827-6). Devido ao andamento processual, estimava-se que a CBTU iria realizar a garantia do juízo no valor de 220.021 mil em menos de 12 meses. Portanto, o risco foi classificado como provável circulante, mas passou a ser classificado como não circulante, uma vez que houve decisão proferida em agravo de instrumento, que reconheceu o direito da CBTU a pagar o débito em regime de precatório, o valor corrigido da ação é de R\$ 267.302 mil.

Nas **ações cíveis** que foram classificadas como **prováveis**, a estimativa é que seja pago o valor de R\$ 487.370 mil, em valores corrigido, sem prazo definido.

As ações de natureza tributária são referentes às execuções fiscais e tributárias (impostos, taxas e contribuições previdenciárias).

Para o cumprimento das **ações tributárias** classificadas como **prováveis**, a estimativa é que seja pago o valor de R\$ 82.237, em valores corrigido, mil sem prazo definido.

No exercício de 2023, a área jurídica apresentou a planilha com os valores atualizados pela taxa SELIC o que possibilitou o registro da variação monetária retroativa a exercícios anteriores conforme descrito na **Nota 03 – Reapresentação** (item c) o efeito no resultado do exercício do ajuste da provisão foi de R\$ 207.409 mil e está registrado na rubrica de mesmo nome na DRE.

Ressalta-se ainda que os valores foram estimados, podendo haver alterações quando ocorrer a real liquidação da obrigação e que o cumprimento das obrigações também depende da intimação judicial e de dotação orçamentária disponibilizada pelo Ministério do Planejamento.

Conforme relatório dos riscos fiscais recebido da área jurídica, destacamos abaixo os valores das ações classificadas como possíveis:

POSSÍVEIS	Dez/2023	Dez/2022
Trabalhistas	326.069	270.761
Cíveis	125.826	83.004
Tributários	3.396	1.152
Total:	455.291	354.917

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES A PAGAR

Conforme demonstrativo abaixo, os valores mais relevantes das obrigações a pagar são: Pensões Vitalicias e de Descentralização Orçamentária / Financeira do MDR (que está sendo verificada, junto ao MCid, a baixa em 2024).

Segue a composição de Obrigações a Pagar:

	Dez/2023	Dez/2022
Pensão Vitalícia	3.429	3.007
Integração Tarifária	233	231
Descentralização	43.253	30.632
Outras	1.001	1.696
Total:	47.916	35.566

NOTA 12 – RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

Registra os recursos da União em investimentos para futuro aumento de capital, bem como os encargos financeiros pela variação da SELIC, oriundos da aplicação dos dispositivos do Decreto Nº 2.673 de 16 de julho de 1998.

No exercício, permanece ainda o valor de R\$ 152 mil (2022 – R\$ 134 mil) referente a atualização da SELIC no Passivo Não Circulante devido ao interstício entre a data da assembléia de 16/12/2019 e a data base utilizada para cálculo de 31/10/2019, sendo atualizado mensalmente.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

13.1. Capital Social

O Capital Social integralizado está representado por 18.642.346.766.155 ações ordinárias nominativas com 100% de participação da União.

13.2. Reserva de Reavaliação de Bens

Constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita em função das depreciações, baixas e alienações dos referidos bens, registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Utilizando a faculdade prevista no **CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638 e da Medida Provisória nº 449/08**, a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa realização.

13.3. Recursos para Aumento de Capital

A partir do dia 21 de junho de 2018 a CBTU passou de Sociedade de Economia Mista para Empresa Pública, deixando assim de haver correção pela SELIC nos valores ingressados como Recursos para Aumento de Capital, bem como passaram a ser contabilizados no Patrimônio Líquido, conforme o Manual do SIAFI – Macro Função 02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas.

13.4. Patrimônio Líquido Negativo

A CBTU apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 1.793.664 mil, devido aos prejuízos acumulados.

A CBTU é uma Empresa Pública Federal dependente do Tesouro Nacional e como tal, não está sujeita à lei de falência. Qualquer necessidade de recursos é provida pelo Governo Federal, não existindo risco de continuidade operacional.

13.5. Prejuízo Acumulado

Conforme as disposições da **NBC-TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro** foram efetuadas as seguintes regularizações:

- a) Baixa de depósitos judiciais de anos anteriores, conforme a **Nota 3 – Reapresentação** (item a) e a **Nota 6.2 – Depósitos Judiciais**;
- b) Conforme descrito na **Nota 3 – Reapresentação** (item b) e a **Nota 8 – Imobilizado**, foram realizadas baixas no montante de R\$ 14.835 mil e ajustes na conta de depreciação acumulada no montante de R\$ 23.125 mil, ambos os valores são referentes a anos anteriores.
- c) Registro das variações monetárias das ações de risco provável, conforme **Nota 3 – Reapresentação** (item c) e **Nota 10 – Provisão para Contingências**.

NOTA 14 – RECEITA BRUTA

Compõem este grupo as receitas de arrecadação das bilheterias, de integração tarifária e de alugueis conforme demonstrado abaixo.

A redução em 2023 é decorrente da cisão da CBTU-MG em setembro de 2022.

Segue a composição da Receita Bruta:

	Dez/2023		Dez/2022	
	TRANSPORTE	ALUGUEL	TRANSPORTE	ALUGUEL
REC	79.357	3.018	83.415	2.905
BH	-	-	59.712	4.573
NAT	3.531	66	3.458	76
MAC	879	75	878	106
JOP	1.611	58	1.846	77
Total:	85.378	3.217	149.309	7.737

NOTA 15 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Compõem este grupo, as despesas relacionadas diretamente com a operação e a manutenção dos sistemas operacionais da CBTU.

A redução de 2023 em relação a 2022 é decorrente dos custos da Unidade de BH até setembro de 2022, quando ocorreu a cisão do sistema da CBTU.

Segue a composição de Custos dos Serviços Prestados:

	Dez/2023	Dez/2022
Pessoal, Encargos e Benefícios	405.738	516.894
Concessionárias	34.671	51.757
Serviços de Terceiros	118.221	133.603
Materiais	22.671	20.983
Total:	581.301	723.237

NOTA 16 – GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Compõem este grupo as despesas da Administração Central, matriz da CBTU, pensões decorrentes de acidentes ferroviários, em sua grande maioria, das unidades extintas do Rio de Janeiro e de São Paulo e demais despesas de todas as unidades que não tem relação com custos.

A variação é decorrente principalmente de baixas de custas e depósitos judiciais da extinta Unidade de BH até setembro de 2022, quando ocorreu a cisão do sistema da CBTU.

Segue a composição de Gerais e Administrativas:

	Dez/2023	Dez/2022
Pessoal, Encargos e Benefícios	101.912	108.157
Pensões Diversas	24.171	21.995
Serviços de Terceiros	17.447	21.083
Outras	4.712	19.186
Total:	148.242	170.421

NOTA 17 – SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

Correspondem a recursos recebidos da União para complementar as despesas da CBTU.

Segue a composição das Subvenções Recebidas:

	Dez/2023	Dez/2022
Pessoal, Encargos e Benefícios	493.321	625.216
Despesas Decorrentes de Sentenças	462.854	919.155
Custeio	116.860	84.543
Total:	1.073.035	1.628.914

NOTA 18 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é decorrente principalmente dos encargos da dívida com a REFER, conforme Nota 20.3 – Dívida REFER e a variação monetária nas provisões para contingência conforme as Notas 3 – Reapresentação (item c), 10 – Provisões para Contingencias.

Segue a composição de Receitas e Despesas Financeiras:

RECEITAS FINACEIRAS	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO	01/01/2022 REAPRESENTADO
Variação Monetária de Tributos a Recuperar	269	1.988	81
Variação Cambial de Depósitos Especiais	-	-	951
Juros de Aplicações Financeiras	91	2.733	1692
Outras	245	68	46
TOTAL	605	4.789	2.770

DESPESAS FINACEIRAS	31/12/2023	31/12/2022 REAPRESENTADO	01/01/2022 REAPRESENTADO
Juros e Encargos da Dívida com a REFER	283.545	380.693	885.141
Variação Monet. Rec. p/ Aumento de Capital	17	231	1.799
Baixa de Tributos a Recuperar	-	273	373
Variação Monetária de Contingências	90.072	58.722	153.910
Outras	92	348	1.459
TOTAL	373.726	440.267	1.042.682
Total:	(373.121)	(435.478)	(1.039.912)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o estabelecido no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, enquadrando-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

19.1 Partes Relacionadas

Segue a composição das Partes Relacionadas:

PARTE RELACIONADA	DESPESA	
	Dez/2023	Dez/2022
EBCT-EMPRESA BRAS. CORREIOS E TELÉGRAFOS ⁽¹⁾	106	146
EBC-EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO ⁽²⁾	35	15
PETROBRAS ⁽³⁾	7.136	7.077
REFER ⁽⁴⁾	355.249	340.640

- (1) Serviço de malote.
- (2) Serviço de publicação de materiais legais.
- (3) Serviço de fornecimento de óleo diesel.
- (4) Fundo de previdência privada.

19.2 Plano de Previdência e Pensão a Empregados

A CBTU é patrocinadora de Plano de Previdência Complementar gerido pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, que é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O Plano CBTU, gerido pela REFER, é de Contribuição Variável (CV), modalidade que conjuga características de Contribuição Definida (CD), durante a fase de acúmulo, e de Benefício Definido (BD), a partir da concessão do benefício. O valor do benefício é calculado com base no saldo da conta individual, formada pelas contribuições patronais e pessoais em favor do participante, e com base nas hipóteses atuariais estabelecidas a seguir.

Os riscos atuariais do Plano se concentram na fase de pagamento dos benefícios, quando assume características de Plano de Benefício Definido (BD), e decorrem da possibilidade de não realização das hipóteses adotadas na avaliação atuarial frente à realidade observada, principalmente em relação à rentabilidade esperada dos investimentos e à sobrevivência da massa de participantes.

Segue o demonstrativo das Hipóteses Atuariais:

HIPÓTESES ATUARIAIS UTILIZADAS	31/12/2023	31/12/2022	FUNDAMENTAÇÃO DAS HIPÓTESES
Taxa de Juros Atuariais do Plano ⁽¹⁾	4,75% ao ano	4,75% ao ano	É a taxa esperada de retorno de investimentos do plano de benefícios a longo prazo.
Indexador do Plano	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)	É a previsão de reajustes de benefícios, conforme definido nos regulamentos dos planos.
Crescimento Real de Salário ^{(1) (2)}	2% ao ano	2,00% ao ano	É a expectativa de crescimento salarial acima da inflação, de acordo com a política de reajuste salarial da patrocinadora do plano de benefícios durante todo o período laborativo do empregado participante.
Fator de Determinação do Valor Real de Salários ⁽³⁾	0,98	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos salários verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios da Entidade ⁽¹⁾	0,98	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios da Entidade verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Fator de Determinação do Valor Real de Benefícios do INSS ⁽³⁾	0,98	0,98	Reflete a perda média do poder aquisitivo dos benefícios do INSS verificada entre 2 períodos consecutivos de Avaliação Atuarial decorrente do efeito inflacionário.
Rotatividade ⁽⁴⁾	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Reflete as taxas de desligamento da patrocinadora, por causas diferentes de morte, invalidez ou aposentadoria, inclusive daqueles que se desligam do plano sem se desligarem da patrocinadora.
Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983	AT-83	Reflete a expectativa de vida média dos participantes válidos.
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Reflete a expectativa de vida média dos participantes inválidos.
Tábua de Entrada em Invalidez	Ligth Média	Ligth Média	Projeta a entrada em invalidez dos participantes.
Outras Hipóteses ⁽⁵⁾			Projeta o perfil familiar dos participantes.
Percentual de casados	90%	90%	
Diferença de idade entre homem e mulher	4 anos	4 anos	

- (1) O indexador utilizado é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- (2) A hipótese de crescimento salarial foi indicada pela Patrocinadora, considerando a sua expectativa futura de reajustes salariais.
- (3) A hipótese de rotatividade foi indicada pela Patrocinadora considerando sua expectativa futura de desligamentos dos Participantes do Plano. De forma conservadora, estamos considerando que 100% dos Participantes optam pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido na data do término do vínculo empregatício.
- (4) O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para a recuperação das perdas inflacionárias. O fator de 98% indica que, em média, os benefícios perdem 2% do seu valor entre duas datas de reajuste, que seria a situação verificada com uma inflação anual compreendida no intervalo de 3,4% a 5,7% e reajustes anuais para reposição dessa inflação.
- (5) Aplicável a todos os Participantes Ativos e Assistidos, tendo em vista que a composição familiar dos mesmos não foi disponibilizada pela REFER.

QUANTITATIVO DE PARTICIPANTES DO PLANO

	Dez/2023	Dez/2022
Participantes (*)	1.772	2.000
Assistidos (**)	1.151	1.034
Beneficiários	517	504
Total:	3.440	3.538

Obs.: (*) O quantitativo de Participantes abrange os participantes Ativos, Auto patrocinados e Vinculados (BPD).
(**) O quantitativo de Assistidos abrange as Aposentadoria Programadas, Não Programadas (Invalidez e Incapacidade Vitalícia) e Auxílios (Doença, Reclusão e Incapacidade Temporária).

19.3 Dívida REFER

Em 19 de abril de 2021, foi homologado o acordo para pagamento da dívida da CBTU com a REFER no montante de R\$ 2.780.411 mil, base 31/03/2020.

O acordo será pago em até 18 anos, em parcelas mensais, com juros de 6% ao ano e corrigido pelo INPC. O acordo resolve o déficit anteriormente existente nos planos da CBTU, CPTM, Central, CTS e METROFOR, que colocava em risco as aposentadorias e a continuidade da REFER.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 360.617 mil no passivo circulante e R\$ 2.840.313 mil no passivo não circulante.

	Dez/2023	Dez/2022
Saldo do Exercício Anterior	3.242.419	3.202.232
Juros e Encargos	313.761	380.827
Pagto do Acordo	(355.249)	(340.640)
Saldo do Exercício	3.200.931	3.242.419

NOTA 20 – REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E DOS EMPREGADOS

O plano de cargos e salários da CBTU e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, aos dirigentes e aos empregados.

Segue a composição das remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, aos dirigentes e aos empregados em 31 de dezembro de 2023:

- Com relação aos conselheiros de administração e de fiscal, a média mensal foi de R\$ 2.801,91;
- Com relação aos dirigentes da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal foi de R\$ 28.019,17 e R\$ 24.364,65, respectivamente. A média mensal foi de R\$ 25.054.74;
- Com relação aos empregados da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal foi de R\$ 49.521,71 e R\$ 2.116,85, respectivamente. A média mensal foi de R\$ 11.121,05;
- A quantidade de empregados é de 2.883.

Ressalta-se que todo salário acima do teto constitucional de R\$ 41.650,92 (a partir de 01/04/2023 – Lei Federal nº 14.520, de 09/01/2023), sofre corte até este valor.



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
CNPJ Nº 42.357.483/0001-26 - INSC. EST. 82.879.781

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MINISTÉRIO DAS CIDADES

VERA LÚCIA TAVARES ALMEIDA
Gerente Técnico de Contabilidade e Custos
CRC-RJ 097.126

ADRIANA FONSECA LINS
Diretora de Administração e Finanças – Interina

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

NOTA 21 – PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO

Em 08/05/2019, através da Resolução CPPI nº 60, a CBTU foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência – PPI e do Programa Nacional de Desestatização – PND, ratificada pela publicação do Decreto 9.999 de 03/09/2019.

A Resolução CPPI nº 160 de 02/12/2020 aprovou a Reestruturação Societária da CBTU com a criação de 05 subsidiárias integrais, com versões de parcelas de seu patrimônio pertinentes das atividades das suas Superintendências Regionais.

Os trabalhos para a reestruturação societária nas STUs Recife, Natal, Maceió e João Pessoa foram retomados no exercício de 2023 pelo BNDES.

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O Conselho Fiscal emitiu o seguinte parecer para fins de encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária.

O Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com base no disposto no inciso II do art. 89 do Estatuto Social da CBTU aprovado na Assembleia Geral Extraordinária nº 01/2024, em 25 de janeiro de 2024, e na 435ª reunião ordinária do Conselho de Administração, realizada em 20 de março de 2024, examinou a documentação pertinente aos seguintes itens da pauta:

I) Balanço Social e demais Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023;

II) Relatório Anual da Administração, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e

III) Aditamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) dos exercícios de 2021 e 2022;

Considerando:

a) As informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício;

b) O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023 produzido pela Auditoria Independente, RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S, datado de 20 de março de 2024; e

c) os esclarecimentos prestados durante a presente reunião,

declara que:

1. Quanto ao Aditamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) dos exercícios de 2021 e 2022, não manifesta nenhum óbice sobre o tema.

2. Dentro de suas competências, não identificou fatos ou ações que indiquem desconformidades na elaboração das Demonstrações Financeiras e notas explicativas do exercício de 2023 e do Relatório Anual de Administração, razão pela qual recomenda pela aprovação dos referidos documentos.

3. Observamos que as recomendações da Assembleia Geral reiteradas pelo Ofício SEI nº 47498/2023/ MF foram consideradas pela Companhia para a elaboração dos documentos a que se referem o item anterior.

4. Recomenda que a Diretoria Executiva promova o contínuo aprimoramento das Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual da Administração, em linha com as recomendações da Assembleia Geral.

5. Nesses termos, nada tem a opor a que o tema seja encaminhado para apreciação da assembleia de acionistas.

Brasília, 25 de março de 2024.

SEIJI KUMON FETTER
Presidente do Conselho

ANTÔNIO VLADIMIR MOURA LIMA
Conselheiro

KAIO FELIPE KOERICH
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e aos Conselheiros da
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU “(Companhia)”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto)

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1 e nº 13 às demonstrações contábeis, que descrevem os efeitos significativos ocorridos nas operações da Companhia, culminando, em 31 de dezembro de 2023, em um saldo negativo de R\$ 1.793.664 mil no Patrimônio Líquido, um Capital Circulante Líquido negativo, no montante de R\$ 814.692 mil, além de um Prejuízo Acumulado de R\$ 8.280.670 mil. A Companhia é uma Empresa Pública Federal dependente do Tesouro Nacional e, como tal, não está sujeita à lei de falência. Qualquer necessidade de recursos é provida pelo Governo Federal, não existindo risco de continuidade operacional. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Programa Nacional de Desestatização

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 21, que trata do Programa Nacional de Desestatização pelo qual a Companhia está passando. Conforme a Resolução CPPI nº 60, a CBTU foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência – PPI e do Programa Nacional de Desestatização – PND, ratificada pela publicação do Decreto nº 9.999, de 3 de setembro de 2019. A Resolução CPPI nº 160 de 2 de dezembro de 2020 aprovou a Reestruturação Societária da CBTU com

a criação de cinco subsidiárias integrais, com versões de parcelas de seu patrimônio pertinentes das atividades das suas Superintendências Regionais. Os trabalhos para a reestruturação societária nas Unidades de Recife, Natal, Maceió e João Pessoa foram retomados no exercício de 2023 pelo BNDES. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Reapresentação das Demonstrações Contábeis

Chamamos a atenção à nota explicativa n.º 3 às demonstrações contábeis, que trata da reapresentação dos saldos de depósitos judiciais, imobilizado e provisões para contingências. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por nós, que emitimos relatório em 23 de março de 2023 com opinião com ressalva referente à Limitação de escopo – Ativo Imobilizado. Essa ressalva não se repete no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
CNPJ Nº 42.357.483/0001-26 - INSC. EST. 82.879.781

**MINISTÉRIO DAS
CIDADES**



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 20 de março de 2024
RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP
Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico
Patrícia Oliveira de Oliveira
Contadora CRC RS-099011/O-7

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 01/07/2024

Documento assinado e
certificado digitalmente
conforme MP Nº 2.200-2
de 24/08/2001. A
autenticidade pode ser
conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o
QR Code para acessar a página de
Publicidade Legal no portal do **Jornal de
Brasília** ou acesse o link:
jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/

